

26 NOV 1993

MERCANTIL

Econ. Brasil



POLÍTICA ECONÔMICA

GAZETA MERCANTIL

Fernando Henrique deve anunciar hoje primeiras medidas de estabilização

por Claudia Safatle
de Brasília

O ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, começa, hoje, a disparar sua "metralhadora" de medidas para arrumar as contas públicas de 1994 e, em seguida, no início de dezembro, avançará nas medidas de combate mais direto à inflação: a estabilização econômica. O orçamento geral da União para 1994 será encaminhado ao Congresso Nacional com previsão de déficit operacional zero, mas totalmente condicionado à bateria de providências de cortes de gastos e reforço das receitas.

Dois arranjos sustentariam o equilíbrio fiscal para o ano que vem: a criação de um fundo, com recursos das receitas fiscais vinculadas e com um pedaço das transferências constitucionais a estados e municípios; e a retirada da União de uma gama de atividades, que ficariam, assim, a cargo dos estados e municípios. Ou seja, a proposta buscará refazer o pacto federativo e a criação desse fundo contornaria, ainda que temporariamente, a carência de recursos para financiamento de áreas hoje deterioradas, como a assistência médica.

Somente quando retornar de Toronto, para onde segue neste sábado e volta no próximo dia 30, é que o ministro da Fazenda fará pronunciamento à Nação indicando os novos passos do seu programa econômico dirigido à estabilização. Nesse, o ministro Fernando Henrique anunciaria a opção do governo pela criação de um novo indexador, diário, ancorado na variação da taxa de câmbio, que reajustaria os preços públicos, mas seria, num primeiro momento, de uso voluntário para o setor privado. Depois de ter garantido um ajuste fiscal para 1994, capaz de dar credibilidade ao programa econômico, esse novo indexador se alastraria para a correção dos demais preços da economia, como salários e outros contratos.

AS MEDIDAS DO PACOTE ECONÔMICO

O que foi dito nos últimos 30 dias	O desmentido	A confirmação ou o estudo.
Indexador único atrelado à taxa de câmbio	—	A idéia teria sido considerada pela equipe econômica, que já teria abandonado numa primeira fase.
Nova Moeda	Não chegou a ser desmentida oficialmente.	A criação de uma moeda conversível poderia ser a solução para a etapa da desindexação. A equipe garante que existem outras alternativas.
Uso de tablão	Desmentido pelo ministro da fazenda, que garante não usar soluções que quebrem regras de mercado nem rompam contratos.	Apesar do desmentido, a tablão poderia ser usada na fase da desindexação, já que seriam necessárias regras de passagem entre um sistema indexado para um regime desindexado.
Poupança/demais aplicações/impostos	—	O novo indexador diário não substituiria, de imediato, o Ufr e o TR. Pode transformar-se em indexador único quando adquirir total credibilidade. Isso seria depois de o ajuste fiscal estar garantido.
Reelaboração do orçamento/94	—	O ministro da Fazenda anuncia hoje os novos números do orçamento, com cortes de gastos de pessoal e outros custos e capital, que são pesados e zerariam o déficit para 94.
As medidas para o ajuste fiscal	—	Dois são as principais medidas: a criação de um Fundo, com recursos parciais das transferências constitucionais e com receitas vinculadas; e a redefinição de competências entre União, estados e municípios.
Política salarial	Mudanças na política salarial do funcionalismo público foram desmentidas pelo líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS/PE).	Com inflação cadente em 94, a política salarial em vigor para o setor público representaria ganho real importante. A proposta é começar janeiro com os salários convertidos pela média dos últimos doze meses.
Reforma tributária	—	O Ministério da Fazenda está trabalhando na proposta de reforma do deputado Luiz Roberto Pontle (PMDB/RS). Pretende criar o imposto sobre ativo e não descartar a terceira alíquota, de 35%, do IR pessoa física, entre outras modificações para 94.
Privatização	—	Apesar do discurso oficial que prega o ampliação e agilização do programa, pouco foi feito. O governo ainda prepara decreto incluindo o setor elétrico no programa de privatização.
Política cambial	Durante todo o período de estudo do plano de estabilização o ministro da Fazenda vem negando qualquer uso do câmbio para uma política de dolarização nos moldes da Argentina.	A âncora cambial considerada pela equipe econômica seria através do atrelamento do novo indexador à variação da taxa de câmbio.